

www.pwc.com.br

Urbeluz
Energética S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Urbeluz Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Urbeluz Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando,



Urbeluz Energética S.A.

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Urbeluz Energética S.A.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 11 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2PR008333/F-8

DocuSigned by:
Adriano Machado
Signed By: ADRIANO MACHADO 15671101859
CPF: 10211018209
Signed Time: 11:08 AM de 2025 (20:29 BRT)
© ICP-Brasil. CUI: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Nº de Inscrição: AC 2024/SA 0018 v1

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Balço patrimonial****Em 31 de dezembro****(Valores expressos em milhares de Reais)**

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
Circulante		25.264	16.095	66.463	58.829	Circulante		13.935	9.592	34.658	30.479
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.021	206	4.170	3.099	Fornecedores	16	4.245	3.961	12.612	12.872
Contas a receber	7	13.468	8.777	16.411	14.068	Empréstimos e financiamentos	17	-	221	5.305	221
Ativo de contrato de concessão	8	-	-	37.685	34.973	Passivo de arrendamentos	14	1.271	1.363	1.533	1.614
Créditos tributários	9	641	813	1.954	1.017	Pessoal e encargos sociais a pagar	18	853	1.110	1.175	1.523
Ativos destinados à aplicação nas concessões	10	4.013	3.790	5.464	5.447	Encargos tributários a pagar	19	596	170	2.758	3.387
Adiantamentos		354	153	720	188	Impostos e contribuições parcelados	20	939	1.427	3.911	5.405
Partes relacionadas		18	-	18	-	Partes relacionadas	15	1.655	1.107	192	1.107
Outros créditos		25	29	41	37	Adiantamentos de clientes		476	33	85	33
Dividendos a Receber	11.c	4.724	2.327	-	-	Dividendos propostos	25.3	3.899	198	7.087	2.101
						Outras contas a pagar		1	2	-	2.216
Não circulante		76.561	68.728	136.113	126.369	Não circulante		17.657	16.882	62.107	64.919
Ativo de contrato de concessão	8	-	-	121.329	112.927	Empréstimos e financiamentos	17	4.032	3.752	4.189	10.989
Partes relacionadas	15	11.622	10.896	5.651	5.488	Passivo de arrendamentos	16	1.642	2.220	2.177	2.509
Outros créditos		193	205	193	205	Impostos e contribuições parcelados	20	3.806	4.430	13.199	15.535
Créditos tributários	9	-	-	2.344	2.114	Pis e Cofins diferidos	21	506	249	9.248	7.784
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	354	202	25.433	21.826
Investimentos	11	60.581	52.885	-	-	Partes relacionadas	15	5.394	4.547	5.394	4.547
Imobilizado	12	476	504	2.157	925	Provisões para contingências	22	1.876	1.435	2.420	1.682
Direito de uso	13	3.689	4.238	4.439	4.710	Perdas com investimentos	12	47	47	47	47
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		70.233	58.349	70.233	58.349
						Capital social	23.1	20.051	20.051	20.051	20.051
						Reserva legal	23.2	2.652	1.873	2.652	1.873
						Reserva de lucros	23.4	47.530	36.425	47.530	36.425
						Participação de não controladores		-	-	35.578	31.451
						Total do patrimônio líquido		70.233	58.349	105.811	89.800
Total do ativo		101.825	84.823	202.576	185.198			101.825	84.823	202.576	185.198

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Demonstração dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro****(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida dos serviços prestados	24	56.380	37.498	127.822	112.994
Custo dos serviços prestados	25	(40.046)	(23.919)	(58.858)	(50.270)
Lucro bruto		16.334	13.579	68.964	62.724
Despesas (receitas) operacionais		2.074	(10.717)	(32.008)	(36.866)
Despesas gerais e administrativas	26	(8.457)	(7.739)	(12.128)	(10.651)
Despesas comerciais	27	(25)	(124)	(19.684)	(23.381)
Equivalência patrimonial	11.b	10.091	(602)	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	28	465	(2.252)	(196)	(2.834)
Resultado antes dos efeitos financeiros		18.408	2.862	36.956	25.858
Resultado financeiro		(951)	(901)	(5.633)	(11.105)
Receitas financeiras	29	136	27	491	383
Despesas financeiras	29	(1.087)	(928)	(6.124)	(11.488)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		17.457	1.961	31.323	14.753
IRPJ e CSLL		(1.872)	(1.129)	(10.328)	(9.820)
Corrente	30	(1.720)	(1.140)	(6.721)	(6.288)
Diferido	30	(152)	11	(3.607)	(3.532)
Lucro líquido do exercício		15.585	832	20.995	4.933
Lucro líquido do exercício atribuído aos:					
Controladores		15.585	832	15.585	832
Não controladores		-	-	5.410	4.101

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	15.585	832	20.995	4.933
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	15.585	832	20.995	4.933

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais) Em 31 de dezembro

	Capital social	Reserva Legal	Reservas de lucros a realizar	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.051	1.832	33.750	-	55.633	28.195	83.828
Lucro líquido do exercício	-	-	-	832	832	4.101	4.933
Reserva legal	-	41	-	(41)	-	-	-
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios (nota 26.c)	-	-	2.082	-	2.082	301	2.383
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(198)	(198)	(1.146)	(1.344)
Reservas de lucros a realizar	-	-	593	(593)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.051	1.873	36.425	-	58.349	31.451	89.800
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.585	15.585	5.410	20.995
Reserva legal	-	779	-	(779)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.701)	(3.701)	(1.283)	(4.984)
Reservas de lucros a realizar	-	-	11.105	(11.105)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.051	2.652	47.530	-	70.233	35.578	105.811

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	15.585	832	20.995	4.933
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa				
Depreciação e amortização	88	67	180	100
Amortização do direito de uso	1.648	654	1.877	873
Provisão (reversão) para perdas e contingências	441	399	738	485
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	59	143	1.092	779
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	414	275	464	349
Juros apropriados sobre parcelamentos	361	625	1.565	2.013
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	19.635	23.243
Atualização do ativo financeiro	-	-	(40.951)	(24.525)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152	(11)	3.607	3.532
Resultado de equivalência patrimonial	(10.093)	602	-	-
Contas à receber	(4.691)	(2.840)	(2.343)	(438)
Demais contas a receber e adiantamentos	(2.627)	3.983	(705)	4.305
Recebimento de contratos- Ativo de contrato		-	53.013	22.089
Créditos tributários	(554)	(86)	(937)	(486)
Ativos destinados à aplicação nas concessões	(223)	(1.819)	(17)	(2.158)
Fornecedores	284	672	(260)	498
Encargos tributários a pagar	426	(72)	(629)	243
Salários e encargos sociais a pagar	(257)	274	(348)	306
Impostos e contribuições parcelados	(1.112)	(2.397)	(3.830)	(7.326)
Demais contas à pagar	5.243	611	(16.635)	(14.057)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.144	1.912	36.511	14.758
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(221)	(2.674)	(221)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamentos	(414)	(275)	(464)	(341)
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(315)	(523)	(4.953)	(4.531)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	4.415	893	28.420	9.665
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(87)	(156)	(1.412)	(346)
Aquisições do Ativo de contrato de concessão		-	(23.407)	(9.695)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(87)	(156)	(24.819)	(10.041)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(27)	(331)	(43)
Pagamento de passivo de arrendamentos	(1.769)	(1.584)	(2.018)	(1.809)
Empréstimos entre partes relacionadas	(744)	(1.227)	(181)	(507)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(2.513)	(2.838)	(2.530)	(2.359)
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	1.815	(2.101)	1.071	(2.735)
Caixa e equivalente de caixa				
Início do exercício	206	2.307	3.099	5.834
Final do exercício	2.021	206	4.170	3.099
	1.815	(2.101)	1.071	(2.735)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

A Urbeluz Energética S.A. (“Urbeluz” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 8 de maio de 1995 e especializada em construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, no planejamento e na execução de projetos que visam ao gerenciamento e o uso racional de energia elétrica.

Em 30 de dezembro de 2020, na sua investida Caraguá Luz S.A. foi formalizado o 2º termo de aditivo de contrato com a Prefeitura de Caraguatatuba prorrogando seu contrato que era de 13 anos para 26 anos, desta forma também oficializou as alterações decorrentes do 1º reequilíbrio econômico-financeiro.

Dentre as principais alterações estão o aumento na quantidade de luminárias a serem instaladas no parque de iluminação da cidade e a diluição do valor equivalente a 5 (cinco) contraprestações mensais cujo valor estava suspenso de faturamento, prevendo o pagamento fracionado ao longo do período do contrato. Já a investida Alegrete Participações pleiteia desde o final de 2022 com o processo de reequilíbrio do contrato o qual ainda não foi deferido.

1.1. Histórico e planos da Administração

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia mantém saldo de reserva de retenção de lucros superior ao seu capital social. Em virtude disso, a Administração planeja aumentar o capital social da Companhia com o montante da reserva de lucros, conforme prevê a lei 6.404/76.

Em 28 de janeiro de 2025 a Companhia assinou o Contrato de Permuta e Outras Avenças com o acionista Daniel Auad de sua investida Alegrete Participações permutando 10% das ações correspondente a 1.433.415 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 10% (dez por cento) do capital social total e votante, e estas foram transferidas para sua Controladora Conasa infraestrutura em troca de participações em outras duas investidas, Mauá Luz e Construtora Luz de Mauá. A troca de ações foram realizadas a valor de livros, conforme mencionado na nota 35 de eventos subsequentes.

2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 11 de abril de 2025.

3. Apresentação das demonstrações financeiras**3.1 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

3.2 Base de consolidação

As datas das demonstrações financeiras das sociedades utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Controlada.

3.2.1 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

	Participação acionária	
	31/12/2024	31/12/2023
Controladas diretas		
Alegrete participações RJ S/A.	90,00%	90,00%
Caraguá Luz S/A.	55,00%	55,00%
Marabá Luz S/A	55,00%	55,00%

3.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais.

3.3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações contábeis.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

3.5 Ativos e passivos financeiros**3.5.1 Ativo Financeiro - Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos de contrato que atendem às seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo de contrato derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

3.5.3 Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Para ativos de contrato, a Companhia avalia para fins impairment, onde os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, no caso cada investimento é considerado como uma UGC (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), pois cada investimento é constituído para atender um contrato de concessão. Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

3.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.6 Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.7 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

3.8 Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação destes ativos é o da média ponderada móvel. Os custos destes ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados em “a) iluminação de vias públicas; b) iluminação e condicionamento de ar de prédios públicos”. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão são classificados como “ativos destinados a aplicação nas concessões”. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.9 Ativos de contrato de concessão

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo de contrato”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo de contrato do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo de contrato de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato – TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de concessão (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A parcela de remuneração do ativo de contrato deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação, ou seja, compor o saldo da receita operacional líquida.

3.10 Ativos intangíveis

- **Softwares**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

3.11 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	% Vida Útil Estimada
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Ferramentas	10
Computadores	20
Veículos	20
Benfeitorias em imóveis	50
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", se existirem, na demonstração do resultado.

3.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

3.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.15 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas vigentes na data das demonstrações financeiras, considerando as atividades que a Companhia exerce e que geram lucro tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda e de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos pela companhia no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 31 de dezembro de 2024 assim como em 2023, a Companhia e suas controladas optaram pelo Regime de apuração do Lucro Presumido.

3.17 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.18 Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre estas, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

a) Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos.

Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b) Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível ou ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

c) Receita de remuneração dos ativos de concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

d) Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há resultado positivo, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.20 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia e suas controladas revisa suas estimativas contábeis, críticas, julgamentos e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

a) Receitas a faturar

A Companhia, possui registrado o saldo de R\$ 6.525 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6.498 em 2023) na rubrica de "Contas a Receber" decorrente de serviços realizados dela e através da Controladora e de suas investidas Caraguá Luz e Alegrete Participações S.A. dos contratos de "PPPs" com os municípios de Caraguatatuba e São João do Meriti, respectivamente, onde é reconhecido a receita através das medições realizadas ao final de cada mês, com faturamento pelas prefeituras logo após o empenho e autorização da secretaria da fazenda de cada município.

b) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo de contrato, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.

c) Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.

d) Contabilização da receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem de lucro nula.

4. Companhias controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 36 – R3 (Demonstrações Consolidadas), abrangendo os saldos e transações da Companhia e de suas Controladas. Consideram-se controladas aquelas entidades sob controle, direto ou relativo

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(indireto), da Companhia.

O controle é evidenciado pela capacidade de controlar as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios de suas atividades.

Em geral, o controle existe quando a Companhia detém, direta e relativamente (indiretamente), mais de 50% dos direitos de voto, levando em conta, potenciais direitos de voto. Entidades adquiridas durante o ano são consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido e param de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

Todos os saldos e transações relevantes entre a Companhia e sua Controladas são eliminados na consolidação, incluindo investimentos, contas a receber, dividendos a receber, receitas e despesas entre as Companhias.

A participação dos acionistas não controladores está destacada em conta específica em separado dentro do Patrimônio Líquido Consolidado e, no Resultado Consolidado na rubrica “resultado atribuído aos não controladores”.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes Companhias:

Controladas	Participação em 31/12/2023	Participação em 31/12/2022
Alegrete RJ Participações S.A.	90%	90%
Caragua Luz S.A.	55%	55%
Marabá Luz SPE S.A.	55%	55%

5. Mudanças em políticas e práticas contábeis

Alteração ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o referido CPC, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, a alteração feita ao IAS 1 (equivalente internacional ao CPC 26), cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alteração ao CPC 06 (R2) – “Arrendamentos”: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alterações ao CPC 03 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e CPC 40 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”: a alteração emitida em maio de 2023, traz novos requisitos de

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

Essas alterações não geraram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5.1 As seguintes alterações de normas contábeis foram emitidas e estarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao CPC 02 - Falta de conversibilidade: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (equivalente internacional ao CPC 02), adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a ser utilizada. Antes dessas alterações, a norma somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente internacional ao CPC 48) e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente internacional ao CPC 40) para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente internacional ao CPC 26), introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

- Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

- A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e saldos em contas bancárias	1.915	2	4.064	12
Aplicações financeiras	106	204	106	3.087
	2.021	206	4.170	3.099

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras de curto prazo referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários em 89% do CDI (91% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber**a) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber faturado	9.420	6.508	9.916	7.570
Contas a receber a faturar (*)	4.048	2.269	6.525	6.498
	13.468	8.777	16.441	14.068

(*) O contas a receber a faturar corresponde ao reconhecimento da receita de prestação de

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

serviços conforme a realização em campo e suas medições, obedecendo ao regime de competência.

Composição das contas a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - faturado				
A vencer	9.420	6.508	30	6.008
Vencidos até 30 dias	-	-	4.223	711
Vencidos de 31 até 60 dias	-	-	904	580
Vencidos de 61 até 180 dias	-	-	2.379	1.452
Vencidos há mais de 181 dias	-	-	66.243	43.047
Provisão crédito liquidação duvidosa	-	-	(63.863)	(44.228)
	9.420	6.508	9.916	7.570
Contas a receber - a faturar				
A vencer	4.048	2.269	6.525	6.498
	4.048	2.269	6.525	6.498
	13.468	8.777	16.441	14.068

A exposição máxima ao risco de crédito, é o valor do contas a receber mencionado acima, líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O risco de crédito do contas a receber advém da possibilidade de não receberem valores decorrentes da prestação de serviços. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa não foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, uma vez que a controladora e suas controladas detém contratos de prestação de serviços com órgãos públicos e contempla um histórico de perdas muito baixo. A situação do grupo econômico ao qual a Companhia pertence e as garantias reais para os débitos são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

b) Movimentação das Provisões Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	(44.228)	(20.985)
Reversão de Provisão	3.641	3.846
Incremento de provisão	(23.276)	(27.089)
Saldos finais	(63.863)	(44.228)

Através de análises de crédito, históricos de recebimentos, e prospecção de perdas futuras, a Administração da Companhia decidiu constituir provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 19.635. O maior volume de registros de perdas se concentra na investida Alegrete Participações S.A. onde ainda se renegocia o reequilíbrio de contrato com a Prefeitura de São João do Meriti-RJ.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo de contrato de concessão**a) Movimentação**

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Alegrete	Caraguá Luz	Total	Alegrete	Caraguá Luz	Total
Saldo inicial	63.812	84.088	147.900	63.638	72.277	135.915
Adições (receita de construção)	10.170	13.237	23.407	566	9.129	9.695
Adições (reequilíbrio de contrato)	-	(231)	(231)	-	(206)	(206)
Juros e atualização financeira	15.843	25.108	40.951	8.841	15.744	24.585
Recebimento através da CIP (*)	(18.117)	(34.896)	(53.013)	(9.233)	(12.856)	(22.089)
Saldo final	71.708	87.306	159.014	63.812	84.088	147.900
TRAC (**)	19% a.a.	13,32% a.a.		19% a.a.	13,32% a.a.	
Circulante			37.685			34.973
Não circulante			121.329			112.927
			159.014			147.900

(*) Contribuição de iluminação pública.

(**) Taxa de retorno do ativo de contrato.

b) Serviços de construção

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita de construção	1.602	10.175
Custos de construção	(1.602)	(10.175)

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

9. Créditos tributários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Imposto de renda	109	655	109	655
Contribuição social	-	105	-	105
INSS	532	-	1.845	204
Outros impostos		53	-	53
	641	813	1.954	1.017
Não circulante				
INSS (*)	-	-	2.344	2.114
	-	-	2.344	2.114
	641	813	4.298	3.131

Os impostos a recuperar serão compensados no próximo ano corrente assim que a Companhia apresentar base para possíveis compensações. Os impostos são de origem de retenção de emissão das notas fiscais de prestação de serviços contra os órgãos públicos.

(*) Refere-se ao INSS da investida Caraguá Luz, onde em setembro de 2019 foi solicitado o pedido de restituição do crédito perante a Receita Federal no montante de R\$ 1.689, e há expectativa de realização em 2025, considerando o prazo da legislação para análise que é de cinco anos.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos destinados à aplicação nas concessões

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Postes e acessórios	176	122	290	200
Fios e cabos	369	283	414	313
Lâmpadas e luminárias	1.412	1.284	2.387	2.179
Reator e relê	236	253	379	405
Ferragens e acessórios	532	443	773	660
Outros materiais para manutenção	1.288	1.404	1.221	1.689
Mercadoria para aplicação - adiantamento	-	1	-	1
	4.013	3.790	5.464	5.447

Os estoques estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda nos estoques e avaliou que os valores estão registrados no mínimo pelo custo recuperável do ativo.

11. Investimentos**a) Composição**

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	%	Patrimônio líquido da investida	Investimento	%	Patrimônio líquido da investida	Investimento
Investimentos (ativo):						
Alegrete RJ participações S.A.	90,00%	21.982	19.784	90,00%	18.570	16.713
Caraguá Luz S.A.	55,00%	74.176	40.797	55,00%	65.767	36.172
		96.159	60.581		84.337	52.885
Perdas em Investimentos (Passivo):						
Marabá Luz S.A.	55,00%	(85)	(47)	55,00%	(85)	(47)
		(85)	(47)		(85)	(47)
Total de investimentos líquidos			60.534			52.838

■ **Alegrete RJ Participações S.A.**

A Alegrete RJ Participações S.A. (“Alegrete”) é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 02 de dezembro de 2013, a sua sede está localizada na avenida Euclides da Cunha, nº 05, lote 10, quadra 04, Vila São João, CEP 25570-162, no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

Alegrete tem por objetivo a gestão do sistema, operação, ampliação e modernização do parque de Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa firmado com o Município de São João do Meriti, firmado em 08 de agosto de 2014.

O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos contados a partir da data do efetivo início da execução da ampliação e dos serviços de operação e manutenção.

■ **Caragua Luz S.A.**

A Caragua Luz S.A. (“Caragua”) é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída em 30 de abril de 2015, a qual a Urbeluz mantém o controle.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Caragua foi criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos.

Em 30 de dezembro de 2020 a Companhia foi formalizado o 2º termo de aditivo de contrato com a Prefeitura de Caraguatatuba prorrogando seu contrato que era de 13 anos para 26 anos, desta forma também oficializou as alterações decorrentes do 1º reequilíbrio econômico-financeiro.

Dentre as principais alterações estão o aumento na quantidade de luminárias a serem instaladas no parque de iluminação da cidade e a diluição do valor equivalente a 5 (cinco) contraprestações mensais cujo valor estava suspenso de faturamento, prevendo o pagamento fracionado ao longo do período do contrato.

Para execução do objeto do contrato de concessão Caragua, fara jus a uma prestação pecuniária (contraprestação mensal efetiva) dividida em duas parcelas uma variável correspondente a 10% do total e outra fixa correspondente a 90% do total.

- **Marabá Luz SPE S.A.**

Em 18 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A sociedade de propósito específico foi criada e firmou o contrato com o Município para a concessão administrativa com prazo de 25 anos. A Companhia e a sua Controladora Conasa detêm respectivamente 55% e 20% da SPE. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Mandado de Segurança e Ação de Conhecimento solicitando o cancelamento da anulação, na qual obteve decisão favorável em 1ª instância e aguarda processo para início da PPP. Como ainda não foi efetivado o contrato a Companhia se mantém inativa.

A Urbeluz possui o controle da investida.

- **Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:**

	% Participação	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período
Alegrete RJ Participações S.A.	90%	75.810	14.334	21.982	47.760	4.474
Caraguá Luz S/A	55%	99.587	21.000	74.176	23.682	11.028
Marabá Luz S/A.	55%	-	350	350	-	-

b) Movimentação dos investimentos:

	Controladora			
	31/12/2023	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	31/12/2024
Alegrete RJ Participações	16.714	4.026	(956)	19.784
Caraguá Luz	36.171	6.065	(1.439)	40.797
Total Ativos	52.885	10.091	(2.395)	60.581
Marabá Luz	(47)	-	-	(47)
Total Passivos	(47)	-	-	(47)
Totais Investimentos	52.838	10.091	(2.395)	60.534

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				31/12/2023
	31/12/2022	Reversão de dividendos de exercícios anteriores	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	
Alegrete	20.500	2.711	(6.497)	-	16.714
Caraguá	31.677	-	5.895	(1.401)	36.171
Total Ativos	52.177	2.711	(602)	(1.401)	52.885
Marabá Luz	(47)	-	-	-	(47)
Total Passivos	(47)	-	-	-	(47)
Totais Investimentos	52.130	2.711	(602)	(1.401)	52.838

c) Dividendos a receber:

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, suas investidas propuseram os dividendos mínimos obrigatórios, seguindo seus estatutos sociais, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Alegrete RJ Participações S.A.	956	-
Caraguá Luz S.A.	3.768	2.327
	4.724	2.327

12. Imobilizado**a) Composição**

	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Instalações	1	(1)	-	-
Máquinas e equipamentos	190	(178)	12	14
Ferramentas	4	(3)	1	1
Computadores	645	(459)	186	187
Veículos	3.570	(3.560)	10	37
Benfeitorias em imóveis	124	(124)	-	-
Móveis e utensílios	336	(279)	57	92
Consórcios de veículos	210	-	210	173
	5.080	(4.604)	476	504

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Instalações	1	(1)	-	-
Máquinas e equipamentos	208	(181)	27	31
Ferramentas	4	(3)	1	1
Computadores	1.003	(677)	326	258
Veículos	5.431	(4.058)	1.373	252
Benfeitorias em imóveis	417	(399)	18	20
Móveis e utensílios	538	(394)	144	169
Consórcios de veículos	268	-	268	194
	7.870	(5.713)	2.157	925

Segundo a Administração não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

b) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	
	Máquinas e equipamentos	14	-	-	
Ferramentas	1	-	-	-	1
Computadores	187	50	-	(51)	186
Veículos	37	-	(27)	-	10
Móveis e utensílios	92	-	-	(35)	57
Consórcios de veículos	173	37	-	-	210
	504	87	(27)	(88)	476

	Controladora				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	
	Máquinas e equipamentos	8	7	-	
Ferramentas	2	-	-	(1)	1
Computadores	116	71	-	-	187
Veículos	325	-	(244)	(44)	37
Benfeitorias em imóveis	2	-	-	(2)	-
Móveis e utensílios	72	39	-	(19)	92
Consórcios de veículos	134	39	-	-	173
	659	156	(244)	(67)	504

	Consolidado				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação		
	Máquinas e equipamentos	31	-	(4)	
Ferramentas	1	-	-		1
Computadores	258	145	(77)		326
Veículos	252	1.164	(43)		1.373
Benfeitorias em imóveis	20	-	(2)		18
Móveis e utensílios	169	29	(54)		144
Consórcios de veículos	194	74	-		268
	925	1.412	(180)		2.157

	Consolidado				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	
	Máquinas e equipamentos	9	25	-	
Ferramentas	2	-	-	(1)	1
Computadores	158	123	-	(23)	258
Veículos	382	83	(178)	(35)	252
Benfeitorias em imóveis	2	21	-	(3)	20
Móveis e utensílios	148	56	-	(35)	169
Consórcios de veículos	267	38	(111)	-	194
	968	346	(289)	(100)	925

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Direito de uso do ativo e passivo de arrendamentos**13.1. Direito de uso**

		Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023	
	Taxa Amortização Média Anual	Custo	Amortização acumulada	Direito de Uso líquido	Intangível Líquido
Direito de uso - Arrendamentos	13,36%	6.276	(2.587)	3.689	4.238
		<u>6.276</u>	<u>(2.587)</u>	<u>3.689</u>	<u>4.238</u>
		Consolidado			
		31/12/2024		31/12/2023	
	Taxa Amortização Média Anual	Custo	Amortização acumulada	Direito de Uso líquido	Intangível Líquido
Direito de uso - Arrendamentos	25,71%	7.835	(3.396)	4.439	4.710
		<u>7.835</u>	<u>(3.396)</u>	<u>4.439</u>	<u>4.710</u>

Os arrendamentos referem-se a aluguéis dos prédios onde a Companhia e suas controladas realizam as prestações de serviços aos órgãos públicos.

13.2. Movimentação do direito de uso

		Controladora		
		31/12/2024		
	Saldo em 31/12/2023	Remensuração	Amortização do exercício	Direito de uso líquido final
Direito de uso - Arrendamentos	4.238	1.099	(1.648)	3.689
	<u>4.238</u>	<u>1.099</u>	<u>(1.648)</u>	<u>3.689</u>
		Controladora		
		31/12/2023		
	Saldo em 31/12/2022	Novos contratos	Amortização do exercício	Direito de uso líquido final
Direito de uso - Arrendamentos	-	4.892	(654)	4.238
	<u>-</u>	<u>4.892</u>	<u>(654)</u>	<u>4.238</u>
		Consolidado		
		31/12/2024		
	Saldo em 31/12/2023	Remensuração	Amortização do exercício	Direito de uso líquido final
Direito de uso - Arrendamentos	4.710	1.606	(1.877)	4.439
	<u>4.710</u>	<u>1.606</u>	<u>(1.877)</u>	<u>4.439</u>

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	Novos contratos	Juros a valor presente	31/12/2023	
				Amortização do exercício	Direito de uso líquido final
Direito de uso - Arrendamentos	681	4.553	349	(873)	4.710
	681	4.553	349	(873)	4.710

14. Passivo de arrendamentos

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Passivo de arrendamentos	1.559	1.697
(-) Juros sobre passivo de arrendamentos	(288)	(334)
	1.271	1.363
Não circulante		
Passivo de arrendamentos	1.767	2.536
(-) Juros sobre passivo de arrendamentos	(125)	(316)
	1.642	2.220

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Passivo de arrendamentos	1.887	1.989
(-) Juros sobre passivo de arrendamentos	(354)	(375)
	1.533	1.614
Não circulante		
Passivo de arrendamentos	2.390	2.845
(-) Juros sobre passivo de arrendamentos	(213)	(336)
	2.177	2.509

14.1. Movimentação:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2023	Juros AVP	Remensuração	Pagamentos	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2024
Passivo de arrendamentos	3.583	414	1.099	(1.769)	(414)	2.913
	3.583	414	1.099	(1.769)	(414)	2.913

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2022	Novos Contratos	Ajuste a Valor Presente	Pagamentos	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2023
Passivo de arrendamentos	-	5.167	275	(1.584)	(275)	3.583
	-	5.167	275	(1.584)	(275)	3.583

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Consolidado					Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Juros AVP	Remensuração	Pagamentos	Amortização Juros	
Passivo de arrendamentos	4.123	464	1.605	(2.018)	(464)	3.710
	4.123	464	1.605	(2.018)	(464)	3.710

	Consolidado					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Novos Contratos	Ajuste a Valor Presente	Pagamentos	Amortização Juros	
Passivo de arrendamentos	757	5.167	349	(1.809)	(341)	4.123
	757	5.167	349	(1.809)	(341)	4.123

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações financeiras e mercantis, realizadas entre as partes relacionadas, nas quais a Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes, não geram juros remuneratórios, assim como não há um vencimento.

a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo não circulante				
Mutuos				
Alegrete RJ Participações S.A (a)	7.459	5.699	-	-
Seven Apoio Administrativo Ltda	575	620	1.047	720
Conasa Infraestrutura S.A.	3.000	1.650	3.000	1.650
Fortnort Desenvolvimento Ltda	-	1.372	1.016	1.563
Marabá Luz	49	49	49	49
Outros recebíveis				
Wilson Soares dos Santos	-	967	-	967
Daniel Auad	539	539	539	539
	11.622	10.896	5.651	5.488
Passivo circulante				
Caraguá Luz S.A	1.463	-	-	-
Consórcio Caragua	-	914	-	914
Marabá Luz	193	193	192	193
	1.656	1.107	192	1.107
Passivo não circulante				
Conasa Infraestrutura S.A.	4.547	4.547	4.547	4.547
Fortnort Desenvolvimento Ltda	599	-	599	-
Consórcio Caragua	248	-	248	-
	5.394	4.547	5.394	4.547

(a) A Controladora Urbeluz mantém saldo de mútuos de R\$ 7.459 com a investida Alegrete participações referentes a aportes realizados para manter os fluxos de caixa equilibrados até que a mesma conclua o pleito de reequilíbrio que está em andamento com o poder concedente.

15.1. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas investidas reconheceram no resultado o valor de R\$ 2.176 (R\$ 1.405 em 31 de dezembro de 2023) referente a serviços administrativos compartilhados com sua controladora Conasa Infraestrutura S.A, conforme contrato de prestação de serviços, onde se utiliza como base o percentual da receita. Estão inseridos nesses serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Controladora, rateadas com suas coligadas e controladas.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia possui saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 146, em 31 de dezembro de 2023 não possuía saldo a pagar referente às despesas dos serviços administrativos compartilhados pela Conasa.

15.2. Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal-chave da Administração representou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 1.428 (R\$ 1.346 em 31 de dezembro de 2023).

A remuneração dos administradores é constituída apenas de benefícios de curto prazo, que incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

A Companhia não oferece nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Também não oferece benefícios adicionais no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

16. Fornecedores

Referem-se a materiais e serviços prestados de manutenção e implementação no parque de iluminação pública por fornecedores dos municípios de Boa Vista-RR, Rio das Ostras-RJ, Arraial do Cabo-RJ e Buzios-RJ da Controladora, e de São João do Meriti para a investida Alegrete Participações RJ S.A. e do município de Caraguatubá para investida Caraguá Luz S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais	2.759	2.550	6.685	6.872
Fornecedores de serviços	1.486	1.411	3.783	3.820
Outros fornecedores	-	-	2.144	2.180
	4.245	3.961	12.612	12.872

17. Empréstimos e financiamentos**i) Composição:**

	Taxa efetiva anual	Vencimento final	Controladora			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Financiamento de mercadorias	1,22%	dez/26	-	4.032	221	3.752
			-	4.032	221	3.752
	Tx efetiva anual	Vecto Final	Consolidado			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Financiamento de Mercadorias	21,22%	dez/26	-	4.032	221	3.752
Financiamento de Veículos	19,86%	dez/29	38	157	-	-
Debênture - CDI (a)	22,76%	jun/25	5.267	-	-	7.237
			5.305	4.189	221	10.989

- a) Em 02 de junho de 2017, a Alegrete RJ Participações S.A emitiu 12.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1.000. A debênture terá vencimento em 19 de maio de 2022, quando deverá ser integralmente paga pela emissora. A debênture fará jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação positiva do certificado

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

de depósito interbancário (CDI) + 0,4233% ao mês (Juros Compostos mensalmente), incidentes sobre o valor total da debênture emitida e não amortizada, em periodicidade mensal, por dias corridos, com base em um ano. O contrato das debêntures previa amortização em 48 parcelas mensais, e consecutivas, com o primeiro vencimento em 19.06.2018 e último vencimento em 19.05.2022. A Companhia vem realizando os pagamentos das parcelas a medida que há disponibilidade de caixa, porém o saldo devedor sofre com a atualização dos juros.

A Companhia não possui covenants financeiros em seus contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures, e cumpriu integralmente seus covenants não financeiros em 31 de dezembro de 2024.

ii) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora	Consolidado
Saldo Inicial em 01/01/2024	3.973	11.210
Captações	-	197
(-) Pagto Principal	-	(331)
(-) Pagto Juros	-	(2.674)
Provisão de Juros	59	1.092
Saldo Final em 31/12/2024	4.032	9.494

	Controladora	Consolidado
Saldo Inicial em 01/01/2023	4.078	10.695
(-) Pagto Principal	(27)	(43)
(-) Pagto Juros	(221)	(221)
Provisão de Juros	143	779
Saldo Final em 31/12/2023	3.973	11.210

18. Pessoal e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos sociais	271	492	384	597
Provisões trabalhistas	567	604	773	898
Outros gastos com pessoal	15	14	18	28
	853	1.110	1.175	1.523

19. Encargos Tributários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cofins a recolher	91	74	146	216
Pis a recolher	20	16	32	47
IRPJ e CSLL a recolher	387	65	1.469	1.884
Retenção de impostos	98	15	1.111	1.240
	596	170	2.758	3.387

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos e contribuições parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Parcelamento Previdenciario	-	179	42	248
Parcelamento Federal demais débitos	7	305	1.627	2.861
Parcelamento PERT	932	943	1.456	1.275
Parcelamento ISS	-	-	117	258
Parcelamento REFIS PGNF	-	-	669	763
Total do circulante	939	1.427	3.911	5.405
Não circulante				
Parcelamento Previdenciario	-	-	18	55
Parcelamento Federal demais débitos	-	6	2.198	3.524
Parcelamento PERT	3.806	4.424	5.258	6.112
Parcelamento ISS	-	-	146	-
Parcelamento REFIS PGNF	-	-	5.579	5.844
Total do não circulante	3.806	4.430	13.199	15.535
Total de tributos parcelados	4.745	5.857	17.110	20.940

a) Amortização dos parcelamentos por ano de vencimento

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	1.427	-	5.405
2025	939	2.165	3.911	5.178
2026	2.165	2.165	5.178	5.178
2027	1.641	100	5.178	5.179
2028	-	-	2.843	-
	4.745	5.857	17.110	20.940

21. Impostos diferidos

Os impostos diferidos na controladora refere-se a receitas já reconhecidas através de medições de contratos de prestação de serviços em iluminação pública, já nas investidas Caraguá Luz S.A. e Alegrete Participações RJ S.A. são referentes a impostos sobre o ativo de contrato. Não há qualquer outra natureza de impostos diferidos reconhecidos contabilmente, exceto os divulgados abaixo, estes foram transferidos para o longo prazo ao final do exercício. Logo abaixo a composição dos valores por tributo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Não circulante				
IRPJ diferido	233	129	18.662	16.021
CSLL diferido	121	73	6.771	5.805
Total de IRPJ e CSLL diferido	354	202	25.433	21.826
PIS diferido	90	44	1.647	1.386
COFINS diferido	416	205	7.601	6.398
Total de PIS e Cofins diferido	506	249	9.248	7.784

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para contingências**22.1. Processos com probabilidade de perda provável****a) Composição:**

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de riscos trabalhistas	404	-	549	-
Provisão de riscos tributários	472	390	846	637
Provisão de riscos cíveis	1.000	1.045	1.025	1.045
	1.876	1.435	2.420	1.682

b) Movimentação da provisão:

	Consolidado			
	31/12/2023	Adição	Reversão	31/12/2024
Provisão de riscos trabalhistas	-	150	-	150
Provisão de riscos tributários	637	608	-	1.245
Provisão de riscos cíveis	1.045	25	(45)	1.025
	1.682	783	(45)	2.420

	Consolidado			
	31/12/2022	Adição	Reversão	31/12/2023
Provisão de riscos trabalhistas	-	-	-	-
Provisão de riscos tributários	152	485	-	637
Provisão de riscos cíveis	1.045	-	-	1.045
	1.197	485	-	1.682

c) Natureza das contingências

■ **Provisão de riscos trabalhistas e previdenciários, tributários e civis.**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e civis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

A Companhia possui contratos com empresas de diretores e gerentes relacionados a prestação de serviços continuados, cuja avaliação de risco tributário é passível de discussão no judiciário. Desta forma, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 1.246 para riscos tributários.

Devido aos fatos mencionados acima, a Administração reconheceu como risco provável de perda o montante R\$ 1.025 par riscos civis.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****22.2. Processos com probabilidade de perda possível**

A Companhia é parte em ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como perda possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui provisão em processos cíveis de R\$ 1.732 (R\$ 1.252 em 31 de dezembro de 2023), R\$ 33 de processos trabalhistas (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2023), e não possuía processos tributários, que poderiam ser considerados como perdas possíveis.

23. Patrimônio líquido**23.1. Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 20.051, totalmente subscrito e integralizado, representado por 11.482.978 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Abaixo a composição de participação dos acionistas:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Número de ações	Capital Social	%	Número de ações	Capital Social	%
Conasa Infraestrutura S.A.	5.741.489	10.026	50%	5.741.489	10.026	50%
Cobrapar - Cia Brasileira de Eng ^a . Particip. e Negócios	4.956.435	8.655	43%	4.956.435	8.655	43%
Wilson Soares dos Santos	785.054	1.371	7%	785.054	1.371	7%
	11.482.978	20.051	100%	11.482.978	20.051	50%

23.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Para o período findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu a reserva legal no valor de R\$ 779 encerrando o exercício com saldo de R\$ 2.652.

23.3. Dividendos mínimos obrigatórios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a provisão dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 3.701 encerrando com saldo a distribuir de R\$ 3.899 (R\$ 198 em 31 de dezembro de 2023). No consolidado encerrou com saldo de R\$ 7.087 (R\$ 2.101 em 31 de dezembro de 2023).

23.4. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantinha saldo de R\$ R\$ 36.425 na conta de reserva de retenção de lucros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia, constituiu reserva no montante de R\$ 11.105 encerrando com saldo de R\$ 47.530.

A reserva de retenção de lucros encerrou com valores superiores ao capital social da Companhia, o que está em desacordo com a Lei 11.638/07, em virtude dos resultados dos últimos exercícios. A Administração pretende aumentar o capital social da Companhia, pois o resultado trata-se de lucros não realizados da Companhia e de suas investidas.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****24. Receita líquida dos serviços prestados**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita com prestação de serviços	60.096	40.307	104.933	87.466
Receitas financeiras s/ ativo de contrato	-	-	31.467	24.525
Receita de construção	-	-	1.602	10.175
Devolução e cancelamento de serviços	-	-	(141)	-
Impostos sobre receita	(3.716)	(2.809)	(10.039)	(9.172)
	56.380	37.498	127.822	112.994

25. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos com produtos aplicados	(21.200)	(8.833)	(21.811)	(8.461)
Custos de construção	-	-	(1.602)	(10.175)
Custos com pessoal	(8.809)	(7.599)	(11.232)	(9.900)
Custos com serviços de terceiros	(7.010)	(5.337)	(8.018)	(6.270)
Custos com transporte próprio	(1.374)	(1.812)	(1.604)	(2.025)
Custos com depreciação e amortização	(5)	(3)	(29)	(9)
Custo com amortização do direito de uso	(1.648)	(333)	(1.877)	(550)
Custos com energia	-	(1)	(12.685)	(12.878)
Outros custos	-	(1)	-	(2)
	(40.046)	(23.919)	(58.858)	(50.270)

26. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com Pessoal	(1.146)	(831)	(1.805)	(1.382)
Serviços de terceiros	(2.552)	(2.421)	(3.984)	(3.815)
Serviços administ. Compartilhados (nota 17)	(1.191)	(993)	(2.176)	(1.405)
Depreciação e amortização	(111)	(854)	(193)	(918)
Despesas com Locação	(413)	(357)	(417)	(361)
Viagens, estadias e refeições	(262)	(392)	(292)	(423)
Publicações de Balanços e Atas	(25)	(26)	(68)	(69)
Despesas com informática	(1.625)	(891)	(1.695)	(946)
Impostos, taxas e contribuições	(133)	(342)	(162)	(355)
Outras	(999)	(632)	(1.336)	(977)
	(8.457)	(7.739)	(12.128)	(10.651)

27. Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outras despesas comerciais	(25)	(124)	(49)	(138)
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(19.635)	(23.243)
	(25)	(124)	(19.684)	(23.381)

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas recuperadas	1.137	577	713	250
Alienação de bens do ativo imobilizado	160	289	160	319
Outras receitas e despesas	322	19	403	69
Provisões para contingências (a)	(441)	(3.136)	(715)	(3.277)
Impostos de períodos anteriores	(713)		(713)	(68)
Multas	-	(1)	(44)	(127)
	465	(2.252)	(196)	(2.834)

- a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas reconheceram o valor de R\$ 715 sobre possíveis processos tributários de prestadores de serviços continuados e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 455 além de R\$ 2.822 sobre o processo com antigo acionista Jorge Rodrigues Alves que estava com probabilidade de perda possível, o qual foi transitado julgado.

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	44	14	80	67
Juros s/ atualizações e impostos a recuperar	89	-	406	271
Outras receitas	3	13	5	45
	136	27	491	383
Despesas financeiras				
Juros s/empréstimos e financiamentos e debêntures	(59)	(143)	(542)	(638)
Juros sobre passivos financeiros	(124)	-	(2.749)	(8.064)
Juros sobre impostos em atraso	(94)	(14)	(425)	(342)
juros sobre atualização de parcelamentos	(361)	(484)	(1.565)	(2.013)
juros sobre passivo de arrendamentos	(414)	(275)	(464)	(349)
IOF	(3)	(11)	(14)	(16)
Outras despesas	(32)	(1)	(365)	(66)
	(1.087)	(928)	(6.124)	(11.488)
Resultado financeiro líquido	(951)	(901)	(5.633)	(11.105)

30. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas investidas apuram o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro presumido por caixa, ou seja, somente apura o imposto quando efetivamente recebe os recursos. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de presunção, apurada conforme a legislação tributária na apuração os tributos do ano corrente. Abaixo a composição do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Corrente				
Arrecadação (8% de IR e 12% de CSLL)	56.610	56.610	56.610	56.610
Arrecadação (32%)	-	-	42.105	53.665
Base de Presunção	56.610	56.610	98.715	110.275
Presunção lucro (8% de IR e 12% de CSLL)	4.529	6.793	4.529	6.793
Presunção lucro (32%)	18.115	-	13.474	17.173
Outras	-	-	288	288
Base tributável	4.529	6.793	18.291	24.254
IRPJ (15%)	(679)	-	(2.744)	-
Adicional (10%)	(430)	-	(1.794)	-
CSLL (9%)	-	(611)	-	(2.183)
	(1.109)	(611)	(4.538)	(2.183)
IRPJ e CSLL corrente	(1.720)		(6.721)	
Diferido				
Notas não faturadas/reconhecimento	4.950	4.950	8.164	8.164
Ativo Financeiro	-	-	23.905	23.905
Base de Presunção	4.950	4.950	32.069	32.069
Presunção lucro (8% de IR e 12% de CSLL)	396	594	396	594
Presunção lucro (32%)	-	-	10.262	10.262
Base tributável	396	594	10.658	10.856
IRPJ (15%)	(59)	-	(1.599)	-
Adicional (10%)	(40)	-	(1.031)	-
CSLL (9%)	-	(53)	-	(977)
	(99)	(53)	(2.630)	(977)
IRPJ e CSLL diferido	(152)		(3.607)	
Total IR/CS no resultado	(1.872)		(10.328)	
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Corrente				
Arrecadação (8% de IR e 12% de CSLL)	33.714	33.714	33.714	33.714
Arrecadação (32%)	-	-	44.989	53.665
Base de Presunção	33.714	33.714	78.703	87.379
Presunção lucro (8% de IR e 12% de CSLL)	2.697	4.046	2.697	4.046
Presunção lucro (32%)	10.788	-	14.396	17.173
Outras	367	367	411	411
Base tributável	3.064	4.413	17.504	21.630
IRPJ (15%)	(460)	-	(2.626)	-
Adicional (10%)	(283)	-	(1.715)	-
CSLL (9%)	-	(397)	-	(1.947)
	(743)	(397)	(4.341)	(1.947)
IRPJ e CSLL corrente	(1.140)		(6.288)	
Diferido				
Notas não faturadas/reconhecimento	(351)	(351)	9.695	9.695
Ativo Financeiro	-	-	23.190	23.190
Base de Presunção	(351)	(351)	32.885	32.885
Presunção lucro (8% de IR e 12% de CSLL)	(28)	(42)	(28)	(42)
Presunção lucro (32%)	-	-	10.523	10.523
Base tributável	(28)	(42)	10.495	10.481
IRPJ (15%)	4	-	(1.574)	-
Adicional (10%)	3	-	(1.015)	-
CSLL (9%)	-	4	-	(943)
	7	4	(2.589)	(943)
IRPJ e CSLL diferido	11		(3.532)	
Total IR/CS no resultado	(1.129)		(9.820)	

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****31. Instrumentos Financeiros****31.1. Análises dos instrumentos financeiros**

A Companhia e suas Controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia e suas Controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

31.2. Categoria de instrumentos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado**Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas e IGPM, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

	Risco	Saldo em 31/12/2024	Taxa	Cenário Provável	Projeção de mercado			
					Taxa	Cenário I	Taxa	Cenário II
Ativo financeiro								
Caixa e Equiv. Caixa	Redução da taxa CDI	4.170	10,88%	454	8,16%	340	5,44%	227
Clientes	redução da taxa IPCA	16.411	4,83%	793	3,62%	594	2,42%	19
Partes relacionadas	redução da taxa IPCA	5.651	4,83%	273	3,62%	205	2,42%	7
Total ativo		26.232		1.519		1.139		253
Passivo financeiro								
Empréstimos e financiamentos	Aumento na taxa IPCA	9.494	4,83%	459	6,04%	573	7,25%	688
Arrendamentos	Aumento na taxa IPCA	3.710	4,83%	179	6,04%	224	7,25%	269
Total passivo		13.204		638		797		957
Exposição da dívida		(13.028)		(882)		(342)		704

(b) Risco de taxas de câmbio

A Companhia não realiza operações cambiais.

(c) Risco de crédito

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto ao risco de crédito associado a cliente, a Administração julga um risco significativo e provisiona as possíveis perdas de clientes, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. Adicionalmente, a maturidade dos financiamentos e empréstimos é demonstrada na nota explicativa nº 17, o vencimento do saldo de fornecedores é até um ano, e não há data definida de vencimento para transações com partes relacionadas.

32. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, entre outros. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A estrutura de capital da Empresa é bastante conservadora.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e podem ser assim sumariados:

Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
A - Total de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento	13.204	15.333
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	4.170	3.099
C = (A - B) - Dívida líquida	9.034	12.234
D = Total do patrimônio líquido	70.233	58.350
E = (C + D) - Capital total	79.267	70.584
C/E = Índice de alavancagem financeira	11,4%	17,3%

33. Eventos subsequentes

Em 28 de janeiro de 2025 a Companhia assinou o Contrato de Permuta e Outras Avenças com o acionista Daniel Auad de sua investida Alegrete Participações permutando 10% das ações correspondente a 1.433.415 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 10% (dez por cento) do capital social total e votante, e estas foram transferidas para sua Controladora Conasa infraestrutura em troca de participações em outras duas investidas, Mauá Luz e Construtora Luz de Mauá. As trocas de ações foram realizadas a valor de livros.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

34. Seguros (não auditado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações baseada na avaliação de seus especialistas e corretoras.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, fazem parte do escopo de auditoria e foram auditadas. As coberturas de seguros são:

Serviços segurados	Vigência	Cobertura
Responsabilidade civil	07/2024 a 08/2025	10.874
Responsabilidade civil do empregador	07/2024 a 08/2025	150
Total de cobertura		11.024

Mario Vieira Marcones Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador – CRCPR-043806/O-1

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: CD544C8B-ED06-4E29-8021-15318A50F21F
 Assunto: Complete com o Docusign: URBELUZENERGETICA24.DEZ.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 41
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Wellington Oliveira
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 wellington.oliveira@pwc.com
 Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original 11 de abril de 2025 20:24	Portador: Wellington Oliveira wellington.oliveira@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 11 de abril de 2025 20:29	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

Adriano Machado
 a.machado@pwc.com
 Sócio
 PwC BR

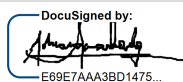
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
 Usando endereço IP: 134.238.160.20

Registro de hora e data

Enviado: 11 de abril de 2025 | 20:26
 Visualizado: 11 de abril de 2025 | 20:27
 Assinado: 11 de abril de 2025 | 20:29

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Pedro Fasolin
 pedro.pfasolin@pwc.com
 CPF: 066.844.929-25

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Copiado

Enviado: 11 de abril de 2025 | 20:26

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Wellington Oliveira wellington.oliveira@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 11 de abril de 2025 20:29 Visualizado: 11 de abril de 2025 20:29 Assinado: 11 de abril de 2025 20:29
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	11 de abril de 2025 20:26
Entrega certificada	Segurança verificada	11 de abril de 2025 20:27
Assinatura concluída	Segurança verificada	11 de abril de 2025 20:29
Concluído	Segurança verificada	11 de abril de 2025 20:29

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------